FRENTE DE ESQUERDA MUDANÇA PRA VALER (PSOL/PSTU)

EIXOS E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO – 2014

APRESENTAÇÃO

O povo do Pará, herdeiro de ancestrais lutas libertárias, não merece continuar condenado à miséria e ao abandono. Cansado de décadas de desgoverno, o povo já decidiu que quer MUDANÇAS. MAS MUDANÇAS PRA VALER!

A decisão de lutar por mudanças profundas e duradouras está fundada no fato de não se admitir que um estado tão rico – o segundo em extensão territorial e o nono em população – continue, ano após ano, ostentando índices vergonhosos como o 25º no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Estado do Pará é o segundo maior estado do Brasil com uma área de 1.253.164,5 km², o que representa 14,65% de todo o território brasileiro e 26 % do território Amazônico, possui uma população de quase 8 milhões de habitantes - população trabalhadora, digna, lutadora – não pode permanecer refém da violência e da falta de perspectiva de uma vida melhor.

É para por fim a um longo ciclo de exclusão das maiorias que o PSOL e o PSTU resolveram se unir e apresentar uma alternativa política ao povo paraense, a FRENTE DE ESQUERDA MUDANÇA PRA VALER. Uma alternativa de oposição de esquerda e sem quaisquer compromissos com os grupos políticos que há décadas se revezam no poder, sequestrando o direito das grandes maiorias a uma vida feliz.

Nossa campanha será alegre, participativa e mobilizadora. Será uma jornada que buscará unir todos e todas que lutam por uma profunda transformação política que as históricas jornadas de junho e julho de 2013 tão bem sinalizaram. A hora é de MUDANÇA. MUDANÇA PRA VALER.

Coragem para mudar o Brasil e o Pará

Vivemos um momento mais favorável à luta do povo por um programa de mudanças estruturais, voltado para o combate à desigualdade social, à garantia de direitos, à ampliação da democracia direta e à defesa de um novo projeto político e econômico.

Afirmamos que os ventos da mudança, sobretudo a partir das manifestações populares do ano passado, deram maior ânimo para a luta de vários setores sociais. Foi o que vimos na mobilização dos povos indígenas, nas manifestações contra os abusos da Copa do Mundo, nas ocupações do movimento sem teto, e na luta de diversas categorias profissionais que retomaram a greve como instrumento legítimo e, em alguns casos, independente das estruturas sindicais.

Contudo, o que se constata claramente é que o Brasil vive um processo de desindustrialização, de maior dependência tecnológica, e uma crescente vulnerabilidade externa. A reprimarização da economia, a maior concentração de capital e a crescente dominação financeira, contribuem com os demais fatores mencionados para o aprofundamento da crise em que nos encontramos imersos. No mundo, 85 fortunas acumulam a mesma riqueza que 3,5 bilhões de pessoas. No Brasil não é diferente. As cinco mil famílias mais ricas concentram a maior parte da riqueza produzida, e ainda recebem dinheiro do governo, através dos juros da dívida pública.

Diante deste quadro a FRENTE DE ESQUERDA MUDANÇA PRA VALER propõe três eixos de intervenção, que orientam o nosso programa de governo para o Estado do Pará:

1) Superação da atual política econômica e do modelo de desenvolvimento, que depreda o meio-ambiente e nossas riquezas naturais;
2) Transformação profunda do sistema político, aumentando a participação popular, a transparência e o controle público sobre a política; e

3) Ampliação radical dos direitos e das liberdades dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos setores socialmente mais vulneráveis e oprimidos.

Apoiamo-nos nestes eixos programáticos estruturantes na construção de um projeto nacional e estadual autônomo, soberano, socialmente justo e de caráter popular.

A estes eixos correspondem diretrizes e algumas ações a partir das quais estruturaremos nossas propostas, e que serão ampliadas ao longo do processo eleitoral e conformarão um programa mais detalhado. Entendemos que este é um processo que se faz com participação ativa da sociedade, e por isso seguiremos colhendo contribuições ao longo de todo o processo eleitoral através de encontros, de grupos de trabalho, enfim, da participação direta que se complementa com outras formas de comunicação como o portal *Plataforma 50*, criado para ser um canal interativo de diálogo com diferentes segmentos sociais que almejam por mudança pra valer.

EIXO 1 – POLÍTICA ECONÔMICA E MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Este eixo se sustenta no propósito de promover mudanças estruturais na economia do país e do Pará. Os dados têm demonstrado que o País vive uma crise que a despeito de sua vinculação externa, internamente, a soberania nacional está em cheque. Os recursos naturais, a infraestrutura gerada, os investimentos têm sidos colocados a serviço do capital privado tanto do estrangeiro como deste em aliança com o nacional. O que por sua vez, tem gerado enormes conflitos envolvendo diferentes grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade, e/ou em verdadeiro estado de violência ao terem o seu modo de vida alterado por agentes privados e pelo próprio estado por meio de remanejamentos, deslocamentos e retiradas das suas condições de existência, tendo suas terras inundadas por projetos hidrelétricos, expropriadas pelo agronegócio ou afetadas por grandes projetos, sem contar os efeitos da ação do capital imobiliário nas cidades.

Acreditamos que os estados da federação podem assumir um papel protagonista na inversão do modelo econômico. Neste sentido, é que propomos os seguintes eixos ou diretrizes que consubstanciarão o nosso programa de governo para o Estado do Pará:

Diretrizes

1. Defender um amplo debate sobre a realização de uma auditoria independente da dívida pública brasileira, entendida como um tema de interesse nacional e de todos os paraenses;

2. Construir um projeto de desenvolvimento alternativo, popular e ambientalmente justo;

3. Redimensionar a atuação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), articulando os níveis de ensino médio, técnico e superior, buscando o fortalecimento da pesquisa relacionada ao processo de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural do Pará;

4. Redefinir o papel das instituições de fomento e investimento como o Banco do Estado do Pará, EMATER, SAGRI e SEPAq, priorizando os micros, pequenos, médios empreendimentos e a produção dos povos e comunidades tradicionais;

5. Combater a concentração de renda e as desigualdades. Este processo será superado com o enfrentamento do problema da dívida, avançando numa reforma tributária profunda e na qual o estado do Pará encontra-se diretamente afetado, pela natureza da sua produção predatória de seus recursos naturais e pela concentração de renda.

6. Defender, a partir do nosso estado, a mudança na estrutura tributária, de regressiva para progressiva; eliminar boa parte das medidas de desoneração; fazer com que a tributação sobre os rendimentos do capital seja maior que a tributação sobre os rendimentos do trabalho; lutar pelo fim da lei Kandir; maior taxação do estoque de riqueza dos ricos; eliminar subsídios em financiamentos para projetos de investimento de grandes empresas e grupos econômicos; e maior tributação do setor primário, inclusive com impostos específicos sobre a exportação;

7. Construir uma Política de emprego e renda para ampliar oportunidades, gerando emprego e valorizando os trabalhadores;

8. Implantar um Programa Estadual de Turismo Participativo, conjuntamente com os municípios, organizações do setor e comunidades, que será especialmente voltado para criação de oportunidades aos agentes e moradores locais com o desenvolvimento de ações de atratividade com investimentos na infraestrutura e na relação com o mercado internacional, inclusive com o fortalecimento institucional e descentralização da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR);

9. Lutar pela reestatização da CELPA e da Vale, haja vista que a privatização destas empresas representou crimes de lesa-pátria e que produziram enormes perdas para o povo paraense e brasileiro, formalizando o investimento público já realizado pelo governo estadual para o seu funcionamento privatizado, promovendo uma auditagem dos processos de privatização e de reprivatização;

10. Elaborar um Programa de Reforma Agrária como alternativa política de desenvolvimento econômico, como parte constitutiva do núcleo central da economia, capaz de enfrentar a concentração de terras, a monocultura, o agronegócio e o trabalho escravo, bem como promover a regularização fundiária das terras do Estado do Pará e apoio nas áreas federais, integrando ações de desapropriação com respeito às terras dos povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, extrativistas.

11. Assumir a defesa do socialismo como horizonte estratégico de organização da economia e da sociedade através da socialização da riqueza e do fortalecimento da democracia direta;

Tais medidas contribuirão para transformar o atual modelo econômico predatório e concentrador de renda, em uma economia que cumpra uma função social e construa consciência ambiental, redistribua a riqueza, combata o desemprego, promova a equidade e garanta políticas sociais de caráter universal e integral.

EIXO 2 – SISTEMA POLÍTICO E DEMOCRACIA

As mobilizações que ocuparam as ruas em junho de 2013 revelaram a crise de representação da política tradicional e suas instituições, especialmente para as novas gerações. A Frente de Esquerda Mudança pra Valar quer se apresentar como um bloco político e social que represente uma alternativa política para a classe trabalhadora e o povo pobre do Pará através da defesa da ideia de que o poder vem das ruas e para isso defenderá uma profunda democratização do poder com a criação de espaços não estatais, como conselhos populares que decidam sobre as principais políticas de Estado e medidas democratizantes como a realização de plebiscitos e consultas populares sobre temas polêmicos e estratégicos.

Para inovar no estado do Pará nossa inspiração terá como ponto de partida a experiência de exercício da democracia direta realizada no *Governo do Povo* na capital paraense no período de 1997-2004. Para isso, em nosso governo, criaremos mecanismos de democracia direta, que permitam ao povo tomar a política e a economia em suas próprias mãos, para colocá-las a serviço dos interesses da maioria, na construção de uma democracia viva e participativa.

Uma reforma política real tem que interferir naquilo que tem feito da política um grande negócio: o financiamento das campanhas por empresas privadas. Trabalharemos para que sejam aprovadas leis que coíbam a influência do poder econômico sobre os processos eleitorais, tal como sugere a Coalizão Democrática por Eleições Limpas e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política. Na mesma medida, incentivaremos e garantiremos a participação dos setores historicamente alijados da vida política, como mulheres, negros e outros setores sociais hoje sub-representados.

Neste processo, precisaremos promover ações políticas que permitam maior controle social sobre as instituições e os agentes políticos, com o fim de combater o autoritarismo, a corrupção, o clientelismo e assim construir uma nova democracia no estado do Pará.

A Coligação Frente de Esquerda Mudança Prá Valer acredita no protagonismo de homens e mulheres que fazem da sua vida um exercício permanente de luta por um mundo novo. E terá como protagonista o povo do Pará, que será o Pará dos encontros, do planejamento social e territorialmente articulado, com governo forte governando com o povo de todo o Estado.

O poder executivo terá presença em todas as regiões, de forma permanente, tanto no campo como nas cidades, rompendo com o abandono social e político a que as mesmas historicamente vêm sendo submetidas, e que levou a formação de movimentos separatistas. Por isso propomos as seguintes diretrizes:

Diretrizes

1. Implantar Governadorias Regionais para estabelecimento de interlocução direta com os municípios e suas populações;

2. Criar esferas de poder não-estatais, com Congressos Locais de Planejamento Participativo, envolvendo todos os setores sociais, convergindo através de

representações para Congressos Regionais que configurarão a esfera maior de planejamento que será o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Pará.

3. Construir um Plano Estadual de Desenvolvimento Sócio-Territorial;

4. Constituir os Conselhos de Controle Social de Projetos e Ações, apoiando e estimulando a criação de Conselhos Populares.

5. Criar condições no estado e estimular os municípios a exercerem efetivamente a gestão democrática das políticas públicas através da implantação e funcionamento permanente das instâncias de controle social, conselhos, fundos e outros;

6. Transformar a atual Escola de Governo em uma Instituição de Ensino Superior, promovendo a sua regionalização, aproximando as suas ações de capacitação junto aos servidores nos municípios;

O Governo da Frente de Esquerda Mudança Prá Valer procederá de maneira incansável o fortalecimento do Estado e de mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado, da sua desprivatização e superando a burocratização, a arrogância e a corrupção. Juntos, construiremos uma profissionalização, democratização, valorização e fortalecimento do serviço e do servidor público, na busca da liberdade e da esperança.

EIXO 3 – MAIS E MELHORES DIREITOS

As demandas sociais no estado do Pará, assim como no Brasil, são múltiplas, como a saúde, educação, fim da violência, o emprego, a mobilidade, o transporte público, a questão ambiental, a transparência e a participação. Por isso assumimos o compromisso de investir nessas áreas, inclusive melhorando os salários dos servidores públicos, que consideramos agentes fundamentais na melhoria dos serviços oferecidos à população.

No campo dos direitos básicos, apoiaremos as lutas contra os retrocessos como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito à greve ou demissões arbitrárias. A Frente de Esquerda Mudança Prá Valer apoiará a luta dos trabalhadores e defenderá radicalmente os investimentos públicos de forma a garantir os direitos sociais do povo do Pará, a partir das seguintes diretrizes:

Diretrizes

1. Apoiar a retomada global das funções originais do SUS, garantindo atendimento integral a todos de forma gratuita e com qualidade, fortalecendo a atenção primária como estruturante do sistema de saúde, garantindo a ampliação e qualificação da estratégia Saúde da Família, construindo uma rede de serviços de cuidados integrais de saúde em todos os ciclos da vida, aproximando a política de saúde das pessoas diretamente nos locais onde elas vivem;

2. Ampliar a rede de atendimento hospitalar e de urgência e emergência, radicalizando na regionalização, na política de recursos humanos, através da qualificação e valorização dos profissionais de saúde, da dotação adequada de equipamentos e de serviços;

3. Desprivatizar a política de saúde materializada na gestão privada dos hospitais regionais e de outros estabelecimentos da rede estadual de saúde;

4. Na educação cumpriremos o disposto na Constituição Federal, referente ao investimento e a descentralização; cumprindo as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) tendo como referência também a Proposta da Sociedade Brasileira, discutindo amplamente no Estado do Pará a elaboração e implementação do Plano Estadual da Educação (PEE), buscando assegurar a gestão democrática da Educação, a Democratização do Acesso e a Permanência com Sucesso e a Valorização dos Profissionais da Educação;

5. Tornar o Pará território livre do analfabetismo até 2018 através do aumento dos investimentos em educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada;

6. Universalizar o ensino fundamental e o ensino médio até 2018;

7. Criar programa de apoio financeiro e expansão da educação infantil em todas as regiões do Estado;

8. Assegurar a ampliação gradual dos investimentos públicos, universalizando o acesso a todos os níveis de educação de forma gratuita;

9. Garantir a qualidade na educação pública paraense com valorização dos trabalhadores da educação, por meio da regulamentação e implementação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), melhoria das condições de trabalho e da rede física escolar, tudo isso aliado a gestão democrática, transparente, participativa e com controle social;

10. Fortalecer o processo de ordenamento territorial e ambiental do Estado do Pará;

11. Estabelecer conjuntamente, com outras esferas de governo mecanismos para atuação conjunta de órgãos ambientais no Estado na luta contra as formas de uso ilegal dos recursos naturais;

12. Desenvolver gestão participativa e compartilhada das florestas públicas diretamente com as comunidades envolvidas;

13. Auditar contratos de transição e as concessões de florestas publicas realizadas até o presente momento pelo estado;

14. Fortalecer o sistema de controle e monitoramento das florestas públicas;

15. Fomentar e apoiar o manejo florestal comunitário com base nos princípios da agroecologia no estado do Pará;

16. Apoiar a implantação e implementação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente;

17. Ampliar a desconcentração da gestão estadual de meio ambiente nas regiões de integração, valorizando o serviço e os servidores;

18. Consolidar o processo de execução do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, apoiando os municípios na estruturação dos serviços básicos, de média e alta complexidade, ampliando a rede dos Centros de Referências Especializados da Assistência Social (CREAS), fortalecendo os vínculos familiares de homens, mulheres, idosos e garantir o futuro para crianças, adolescentes e jovens;

19. Avançar na implantação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo – articulando efetivamente a Assistência Social, a educação, a saúde, a justiça e a segurança pública;

20. Desenvolver Programas e Projetos regionalizados e municipalizados que possibilitem ao Estado do Pará tornar-se um dos maiores centros de esporte e lazer do país favorecendo a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens como forma de combater a violência e garantir um futuro de felicidades a esses segmentos;

21. Fortalecer e Valorizar todas as expressões culturais do Estado do Pará, respeitando as diferentes identidades que fazem do nosso Estado um dos mais ricos culturalmente no Brasil;

22. Criar ou fortalecer o Sistema Estadual de Cultura para o gerenciamento democrático da política estadual, buscando o fortalecimento das ações locais e regionais do novo governo; consolidando-o como o mais importante instrumento de relações institucionais que as entidades e municípios, filiados ou não, poderão construir, baseado numa relação de representatividade, emanada do Fórum Estadual de Cultura, com poder deliberativo para todo o Estado;

23. Implantar um Plano de Manutenção e Preservação do Patrimônio Histórico Material e Imaterial do Estado, rompendo com a situação de abandono e especulação imobiliária que atinge uma parte importante da história do povo do Pará, para além da preservação material, mas também de um conjunto de ações de valorização e preservação das ideias do patrimônio humano, patrimônio imaterial com a produção de mostras das diversas expressões artístico-culturais, a literatura, a produção técnica, a capoeira, pássaros, bois, cancioneiros, dramaturgia, música, diversas danças como carimbo e muitas outras, enfim de pessoas, cultura e arte que conjuguem saberes.

24. Implementar ações voltadas ao planejamento, coordenação e execução de programas e projetos de coleta, registro, guarda, preservação e divulgação das informações relativas à produção cultural e da memória histórica das regiões e dos municípios do nosso estado, cujo um dos principais objetivos será a multiplicação das informações e sua utilização através de publicações e divulgações em revistas, periódicos, informativos sobre temas relacionados à história e o conjunto do Patrimônio Cultural do nosso povo;

25. No campo dos direitos humanos e das liberdades civis são vários os temas que buscaremos enfrentar. O combate à homofobia, ao racismo, a intolerância religiosa, ao preconceito contra os direitos de povos e comunidades tradicionais. Enfim, respeitar as diferenças, construindo uma sociedade humanitária e justa;

26. Combater a violência contra as mulheres, a desigualdade de gênero, afirmando seus direitos sexuais, sociais, políticos, econômicos, culturais e reprodutivos evitando, assim, a morte de milhares de mulheres;

27. Apoiar os municípios na captação de recursos, desenvolvendo programas de apoio institucional, para enfrentar o déficit habitacional urbano e rural;

28. Desenvolver Programa de Regularização Fundiária, realizando diagnóstico sobre a situação da terra urbana no Pará, fazendo o levantamento e a reserva de

terras disponíveis que possam ser utilizadas para erradicar o déficit habitacional urbano e rural no Pará;

29. Fortalecer o Conselho Estadual das Cidades, assegurando infraestrutura e autonomia política para o seu pleno funcionamento;

30. Dotar a COSANPA de capacidade institucional e política para desenvolver plenamente suas atribuições, assegurando água tratada e rede de esgoto para a população do Pará;

31. Reestruturar e fortalecer a COHAB por meio do aumento dos investimentos via plano de obras públicas que se destine prioritariamente à construção de casas populares e refletir crítica e diretamente com os interessados a política habitacional que hoje se apresenta homogeneamente em todo o Brasil, que não assegura o respeito às peculiaridades regionais dos diferentes segmentos demandantes do direito à moradia;

32. Reduzir o déficit habitacional do estado do Pará em termos quantitativos e qualitativos, respeitando o plano estadual da habitação;

33. Apoiar os municípios na elaboração e implementação da gestão integrada de resíduos sólidos.

34. Apoiar a demarcação de terras indígenas e a criação de leis para livre uso de áreas extrativistas pertinentes a sua atividade;

35. Intensificar o combate à grilagem de terras em todo o estado do Pará;

36. Fortalecer a agricultura familiar em todas as regiões do estado do Pará;

37. Implementar uma política de proteção e reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais fortalecendo as suas práticas e saberes no uso dos recursos e garantindo os seus territórios que assegurem a sua sobrevivência física e cultural, buscando dentre outras ações promover a demarcação, homologação e desintrusão das terras indígenas;

38. Modernizar as instituições de segurança publica e do sistema prisional paraense, desenvolvendo ação educativa de respeito aos direitos humanos e da valorização dos servidores que se desenvolverá a partir de quatro áreas de atuação: Formação continuada; Fortalecimento do Exercício da Função do Policial, Valorização no Trabalho e Satisfação da população. Essa diretriz está intrinsecamente relacionada ao investimento massivo de recursos públicos nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, assistência, geração de emprego, renda, habitação para toda a população, em especial voltados para adolescentes e jovens como forma de combater a violência e restabelecer a paz social;

39. Apoiar os Municípios na construção de espaços e equipamentos de esporte e lazer;

40. Apoiar os eventos esportivos, de lazer e cultura voltados para os adolescentes e jovens nos diversos municípios paraenses;

41. Construir os complexos esportivos e culturais cabanos nas regiões de integração

42. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais;

43. Abrir um debate em torno da proposta de desmilitarização da Polícia Militar e a conformação de uma polícia civil unificada;

44. Investir na melhoria da qualidade do serviço público e valorização dos servidores adotando o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e realizando concursos;

45. Instituir uma política salarial de reposição das perdas e ganho real dos salários para o funcionalismo público;

46. Defender salário igual para trabalho igual combatendo todas as formas de discriminação contra a mulher.

47. Ampliar e fortalecer as políticas compensatórias ao povo negro e indígenas, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades e serviços públicos.

48. Desenvolver política de controle social sob a qualidade, a segurança e as tarifas dos serviços de transportes públicos coletivos oferecidos à população, bem como quebrar os monopólios existentes;

49. Exigir do governo federal investimentos de pelo menos 2% do PIB no setor de transporte visando sua expansão para melhor atender os interesses da população;

50. Investir em sistema de transporte não motorizado, implantar e/ou ampliar as ciclovias e ciclofaixas considerando que boa parte da população trabalhadora utiliza-se Desse meio de transporte.